

QUORUM

PLANOS ECONÔMICOS, UMA SAÍDA DE PAI PARA FILHA

Pai de Cármen Lúcia teria cogitado desistir de ação “pelo bem do Brasil”, o que a “desimpediria” de julgar a questão.

A ministra Cármen Lúcia teria sinalizado que uma decisão de cunho pessoal familiar pode colocar fim ao impasse que trava o julgamento de um dos casos mais relevantes atualmente na Corte: a correção dos planos econômicos.

Em coluna publicada neste domingo, 18, no jornal O Estado de S. Paulo, a jornalista Sonia Racy afirma que a ministra contou que seu pai, de 97 anos, pensa em desistir da ação que move “pelo bem do Brasil”, o que, via de consequência, “desimpediria” Cármen Lúcia de julgar a questão. Em sua coluna n’O Globo, o jornalista Ancelmo Gois também tratou da possibilidade. O anúncio ocorreu durante a entrega do Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa.

Processo

O processo de Florival Ro-

cha, pai da ministra, tramita no TRF da 1ª região e se encontra atualmente sob a relatoria do desembargador Federal Néviton Guedes. A última movimentação constante da ação, que leva o número 000.069.777-82.2011.4.01.3807, informa que os autos foram recebidos no gabinete do relator no dia 2 de setembro de 2014.

Em março de 2012, o juízo Federal de Montes Claros/MG havia acolhido parcialmente o pedido de Florival, condenando a CEF a efetuar o depósito nas cadernetas de poupança da diferença dos índices de atualização, mediante aplicação dos percentuais de 42,72% e 10,14% referentes ao IPC de janeiro/89 e fevereiro/89, respectivamente. A CEF recorreu da decisão. (Site Migalhas - Segunda-feira, 19 de outubro de 2015).

CPMF COM ISENÇÃO DO INSS

*Marcos Cintra

O Brasil vive a pior crise de sua história moderna. A turbulência é forte nas esferas política e econômica e uma segue alimentando a outra. Frente a esse cenário há um fator complicador, que é a extrema fragilidade do governo, que não consegue conduzir ações que possam começar a reverter essa situação.

O País precisa encontrar uma saída urgente. Postergar medidas, certamente amargas, vai gerar um quadro cada vez pior mais adiante. Este ano a economia vai encolher cerca de 2,5% e em 2016 a queda prevista é da ordem de 1%. Não é impossível a recessão atual se transformar em uma depressão econômica, com efeitos ainda mais dramáticos sobre o mercado de trabalho, para as empresas e o próprio governo.

Um dos grandes nós a ser desatado no País reside na esfera fiscal. No âmbito da União, os crescentes gastos com a seguridade, os subsídios para as grandes empresas e a precária gestão do orçamento tiveram significativo peso no desequilíbrio das contas públicas. O ajuste para 2016 compreende um valor de pelo menos R\$ 64,9 bilhões, sendo R\$ 30,5 bilhões para cobrir o déficit orçamentário, mais R\$ 34,4 bilhões sob a forma de superávit primário para estancar o avanço da dívida pública. As agruras financeiras atingem em cheio também Estados e municípios, e um dos casos mais emblemáticos dessa situação tem sido o do Rio Grande do Sul, que tem dificuldades até mesmo para saldar a folha de salários e vem atrasando o pagamento de dívidas com a União.

A redução de alguns gastos anunciados pelo governo federal é insuficiente para ajustar as contas. Cabe dizer que a União só pode mexer em 10% do total que arrecada, e mesmo nessa fração, há forte resistência política contra cortes. Mudar essa rigidez demanda

tempo e o País não pode esperar. De imediato é preciso ajustar o orçamento público e mais à frente tratar dos aspectos estruturais.

A saída no curto prazo é o aumento da arrecadação. Óbvio que isso gera enorme insatisfação em um País que já paga uma carga de impostos de país rico em troca de serviços públicos mediocres e onde os políticos estão atolados em casos de corrupção. O remédio menos amargo seria recuar a CPMF, acompanhada de algum alívio para o contribuinte. Ela poderia vir em troca, por exemplo, da isenção da contribuição previdenciária recolhida pelos trabalhadores e pelas empresas optantes do Simples. O governo nos três níveis arrecadaria o que precisa para fechar as contas, os empregados teriam aumento na renda disponível e as pequenas firmas seriam desoneradas.

A proposta seria uma CPMF com alíquota de 0,5% no débito e no crédito dos lançamentos nas contas-correntes nos bancos para gerar R\$ 70 bilhões para a União e mais R\$ 70 bilhões para Estados e municípios. Por sua vez, os trabalhadores deixariam de ter desconto de 50% na contribuição mensal ao INSS. Um salário de R\$ 1.500,00, por exemplo, que paga hoje R\$ 135,00 para a previdência, passaria a recolher R\$ 67,50, economizando no ano R\$ 810,00. Já uma empresa do Simples teria uma isenção total do INSS, o que faria a alíquota no comércio, por exemplo, cair de no mínimo 4% e no máximo 11,61% para 1,25% e 7,01%, respectivamente.

A proposta da CPMF com isenção da contribuição previdenciária é uma saída para o Brasil. Ela gera os recursos que o poder público precisa e ameniza o ônus tributário sobre o trabalhador e sobre as empresas do Simples. Toda a sociedade ganharia com essa medida.

* Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

Opinião

DESTAQUES ECONÔMICOS

Antônio José Martins

e-mail: martins_32@terra.com.br



APELO AO EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO – Resolvam, e urgentemente, o que fazer com o ajuste fiscal que os Ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa estão propondo ao País. Não há tempo a perder. O que não pode continuar é o Ministro da Fazenda sugerir redução orçamentária e a presidente ou o ministro da área a ser afetada objetar: “isto é intocável, aquilo é inviável”. Se o Executivo entende que somente a volta da CPMF (de triste memória) salva o Brasil, que ela seja votada e aprovada com urgência. Caso contrário, o Brasil será rebaixado por novas agências internacionais. Aí “a vaca irá para o brejo” e nem a CPMF resolverá.

CADASTRO PARA DOMÉSTICAS – Não deixem para a última hora, o prazo está se esgotando!

JÁ COMEÇOU A ECONOMIA NA ADEGA – Diante da alta do dólar e da retração econômica, o brasileiro está

se voltando para os vinhos nacionais, e dentre eles, os de menor valor

TÍTULOS PÚBLICOS VOLTAM A CAIR NA PREFERÊNCIA DO INVESTIDOR

– Nosso comentário: valor da aplicação e vencimento foram reduzidos. No mês de setembro, as vendas tiveram um acréscimo de 275,4%. A maioria dos Bancos, senão todos, são credenciados pela Receita Federal a receber aplicações da espécie.

TCU NEGA PARCELAMENTO DE “PEDALADAS” – E rombo do governo pode ir a R\$ 76 bilhões.

USINAS ELÉTRICAS IRÃO A LEILÃO AINDA NO MÊS DE NOVEMBRO – Bancos públicos e privados estudam para propiciar o sucesso do evento.

UMA ÓTIMA NOTÍCIA: ROMBONAS CONTAS EXTERNAS CAÍ 60% – Balança comercial puxa resultado.

Por Hoje é só, tenham todos uma ótima semana.



COLUNA DOS LEITORES

DESABAFO

CENTAVO: ONDE ESTÁ?

O jornalista Dilceu Vieira, assinante deste semanário, nos enviou e-mail, onde aborda a questão do “centavo de real”, que, em sua opinião, desapareceu do mercado. Ele lembra que após o surgimento do real, criou-se a moeda de um centavo e, durante muito tempo, esta permaneceu em circulação, mas “eis que sumiu do mercado”. Uma pesquisa recente revelou que pelo menos R\$ 16 bilhões em centavos já estavam fora de circulação. Ele pergunta o que houve com essas moedas? Estariam nos cofrinhos das crianças? Foram derretidas e vendidas? Ou estariam nas grandes empresas, aumentando o ganho dos empresários?

Dilceu considera uma pergunta difícil de ser respondida, mas destaca que o comércio utiliza o “centavo de real” a seu favor, ao cobrar valores como, por exemplo,

R\$0,99, R\$1,29, R\$7,49, R\$12,99 e R\$17,99. “Só aí já se foram cinco centavos. Agora calcule em um montante de milhões, como ocorre em grandes potências do mercado alimentar ou outras”, diz o assinante.

O jornalista assevera que “se o centavo foi criado, é para o uso do consumidor” e pergunta se não existe uma maneira mais viável de devolver esses centavos aos consumidores, legítimos donos. Sugere, para isso, uma lei federal, de iniciativa das associações comerciais ou outra entidade. “O consumidor tem direito e deve exigir isso das autoridades. Imagina quem compra há dez anos, nessa situação, o tamanho do prejuízo que levou? Eu e os demais consumidores agradeceríamos se pudessemos ter uma resposta e uma resolução concreta diante de tal situação”, finaliza.

SICOMÉRCIO 2015: CNC OUVESUAS BASES ESTADUAIS REUNINDO FEDERAÇÕES E 1001 SINDICATOS

Por Fernando Bond, da Agência Adjori de Jornalismo

Representações de todos os estados brasileiros – dirigentes de 34 Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e integrantes de 1001 sindicatos patronais – estarão reunidos sob a bandeira da Confederação Nacional do Comércio (CNC) no Rio de Janeiro, de 28 a 30 deste mês, para o Sicomércio 2015. A entidade, presidida por Antonio Oliveira Santos, representa 5 milhões de empresas, com 25 milhões de trabalhadores, ou seja, um terço da mão de obra formal do país. O evento será coberto pela Agência Adjori de Jornalismo.

Temas como a aprovação do projeto de lei que amplia o regime tributário do Simples Nacional, a modernização das relações de trabalho, o novo Código Comercial, desburocratização e cenários e perspectivas das relações de trabalho no atual cenário econômico serão debatidos e apresentados em uma série de 14 palestras e diálogos (painéis). A

abertura oficial do evento será no Ribalta, na Barra da Tijuca, e os trabalhos serão desenvolvidos no hotel Windsor Barra.

A regulamentação do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio) foi feita em 1991, e é considerada um marco no processo de modernização e consolidação das entidades patronais do comércio de bens, serviços e turismo. No evento que será realizado na próxima semana no Rio de Janeiro, os temas serão derivados de 6 eixos considerados fundamentais para a atuação dos sindicatos patronais: Relações Sindicais, Atuação Legislativa, Atuação Gerencial, Produtos e Serviços, Comunicação e Representação. Por meio desses seis eixos, será ouvida a voz dos representantes das Federações e dos Sindicatos, como forma de alinhar o posicionamento do Comércio com relação ao cenário atual da economia e da vida brasileira.

ANUNCIE NO JORNAL INTEGRAÇÃO FONE (15) 3305-6674

TROVAS

J. R. do Amaral Lincoln

A Dilma, cuja mandioca, já causou muito tormento, agora, ficou boboca, querendo estocar o vento!

Da existência, na subida, brilha a escada da ilusão... Essa escada, na descida, é escura e sem corrimão.

A lágrima que caiu do fundo dos olhos teus foi a estrela que surgiu na noite do nosso adeus.

O FEITICEIRO DE PLANTÃO

*GAUDENCIO TORQUATO

Luiz Inácio Lula da Silva é um “feiticeiro” de plantão. O epíteto se deve à capacidade que ele tem de produzir e vender “feitiço” às massas. Mas não são poucos os que questionam: “ele não tem mais esse poder de vender gato por lebre; os escândalos que sujam a imagem do PT quebram sua força, esvaziando o estoque de carisma com que engabeta as massas”. Verdade? Analisemos. O ex-partido da moral e dos bons costumes – o Partido dos Trabalhadores – é o mais identificado com a lama que escorre dos porões da política. A sigla perdeu a aura que possuía por ocasião de sua criação. Nem por isso se pode menosprezar o papel de Lula, jogando-o no baú de quinquilharias. O palanqueiro, com seu timbre rouco de voz, continua a disparar tiros a torto e a direito, principalmente em direção às elites, à imprensa e a oposicionistas que querem destronar sua pupila, a mandatária que teve 54 milhões de votos.

O ex-presidente volta à linha de frente no esforço de resgatar a imagem positiva de Dilma. Vê que têm sido inócuos os esforços de A, B e C, integrantes do exército ministerial, ou D, E e F, guerreiros do PT e de outros partidos da base, para reconstruir a identidade de uma governante que, no início do primeiro mandato, exibia como trunfo os atributos de excelência técnica, eficiente gestora e um perfil de alto nível. Os tempos mudaram. Hoje, Dilma enrola-se nos farrapos de uma administração que parece sem rumo. E sem recursos. Envolvê-la em tecido limpo passa a ser tarefa primordial para Lula. E o que aparentemente ele decidiu fazer? A saída das feras acuadas: atacar, furar o cerco imposto por inimigos. Luiz Inácio volta ao palanque com a visível intenção de construir um abrigo de cor vermelha. E não teme confessar: pedaladas fiscais foram feitas para pagar o Bolsa Família. Fica implícita a estratégia: puxar as massas para o lado de Dilma, comover a galeira das margens. Só o conforto do povão poderia tirar Dilma do inferno.

Ao fazer a ligação entre Dilma, o bolso e a barriga das margens carentes, Luiz Inácio deverá se valer do batido refrão: “nós contra eles”, as elites endinheiradas e poderosas. Terá condição de se transformar novamente em paladino da causa social? Ganhará de novo os louros de Pai da Pátria, Salvador dos Carentes e Oprimidos? Dilma entra na onda e segue a cartilha. Nunca antes neste País, ressaltou em peroração no Conacut, um governo como o de Lula e o dela fez tanto para combater a corrupção. (Do outro lado do palanque, espraia-se a lama do maior escândalo de corrupção da história política, que deixou vaziar pelo propinoduto cerca de R\$ 20 bilhões). “Atacar para não morrer”. Sob esse lema, a presidente Dilma denuncia a trama arquitetada pelos inimigos da Pátria, um golpe para apela do poder. É o que ouviremos nos próximos tempos.

Não será fácil sair-se bem sob essa engenharia vocabular. Como é sabido, a presidente é o alvo de um intenso tiroteio social, não apenas midiático (como dizem Lula

e outros petistas), bastando ver os míseros 8% da aprovação popular que detém. O discurso de defesa será confrontado com a realidade. A política, como exercício de sedução, será testada. Para cooptar as massas, os atores políticos, principalmente os carismáticos, costumam vestir o manto dos heróis. Lula, por exemplo. O que procura oferecer? Esperança. Ora, mas a esperança que ele vendeu no passado foi consumida pela dura realidade desses tempos de economia em recessão. Falta grana no bolso para encher a geladeira, pagar o carro, as prestações do fogão novo. O instinto de sobrevivência e o instinto nutritivo, da lição de Pavlov, estão ameaçados. Lula, mesmo querendo parecer um “deus de plantão”, poderá cair das nuvens. Subterfúgios, adjetivos, acusações fortes e promessas de um mundo melhor já não terão o efeito que causavam há dez, quinze anos.

É possível que ainda vejamos pessoas de boa vontade, carentes e dóceis, cheias de ternura e afeto, trabalhadoras, aplaudindo o paladino do “nunca na história desse País”. Afinal, o apelo de quem saiu das margens para o topo da pirâmide será sempre ouvido por uns e outros. A mistificação faz parte do jogo político. Não sem razão, Saint-Just, um dos jacobinos da Revolução Francesa, expressando sua desilusão com a política, dizia: “todas as artes produziram maravilhas, exceto a arte da política que só tem produzido monstros”. Exageros à parte, urge reconhecer a existência de quadros decentes. O fato é que há políticos conhecidos pela capacidade de se esconder sob as lágrimas do crocodilo, esse animal que chora para atrair a presa e devorá-la.

E mais: Lula deverá manter a estridência do discurso. Haja repetição. A linguagem da política ensina que a mentira repetida seguidas vezes tem o dom de fazer com que os ouvintes a tomem como verdadeira. E o próprio orador, de tanto mentir para os outros, passa, ele próprio, a acreditar no que diz. Esse mecanismo foi utilizado por Hitler e estudado por muitos cientistas. A cartilha do engodo abrigará orientações como esta: tergiversar; contar os fatos pela metade; omitir situações; acrescentar dados; ridicularizar adversários para encobrir sua montanha de defeitos; buscar de todas as formas abrir espaços de simpatia social, e até transformar o errado na coisa certa.

Fingimento, dissimulação – eis os substantivos do discurso político nos próximos meses. A esperteza, o vale-tudo, a dramatização, os recursos artificiais, a hipocrisia e a insinceridade compõem a base da cultura política na sociedade pós-industrial. No Brasil, essa moldura é ainda mais tosca em decorrência das mazelas que solapam nossa democracia.

Afinal, Lula terá sucesso? Nem ele mesmo acredita. Seu feitiço deverá atrair grupos pequenos, profissionais de mobilizações vestidos de vermelho. Mais provável é que a armadilha do discurso demagógico não entre na cachola cada vez mais apurada dos brasileiros. Incluindo as margens.

Gaudêncio Torquato, jornalista, professor titular da USP é consultor político e de comunicação. Twitter: @gaudtorquato

JORNAL integração

EXPEDIENTE

Integração - o Jornal do Povo Ltda. - Rua São Bento, 785 - Tatui/SP - CNPJ: 45.941.838/0001-18

DIRETOR RESPONSÁVEL:

José Reiner Fernandes (Reg. no MTB. Nº 12095)

DIRETOR PROPRIETÁRIO

Renê José Rodrigues Fernandes

REDATORA:

Aideé Maria Rodrigues Fernandes (Reg. no MTB. Nº 16035)

ESPORTES:

Rogério Lisboa (Reg. no MTB. Nº 24727)

FUNDADORES em 24/12/1975:

José Reiner Fernandes, Francisco José Lang Fernandes de Oliveira, Roberto Antonio Classesi, Ivan Gonçalves e Acassil José de Oliveira Camargo

Propriedade da Empresa
Jornalística Integração - o Jornal do Povo Ltda.
Rua São Bento, 785 - Tatui/SP - CEP: 18270-820
e-mail: integracao@asseta.com.br
Impresso: A Tribuna de Piracicaba - Rua Luiz Gama, 144 - Piracicaba/SP